



Juventude Negra e Violência como valores-notícias no jornalismo¹ Como o mito da democracia racial invisibiliza a morte de jovens negros

Kelly Tatiane Martins QUIRINO²
Universidade de Brasília, Brasília, DF

RESUMO

No Brasil, o homicídio é a principal causa das mortes entre os jovens. Só em 2010 foram 38,6% de todas as mortes neste segmento populacional. A principal faixa etária compreende de 15 a 29 anos; os homens são mais vitimizados em relação às mulheres, e os jovens negros morrem mais do que os brancos. O presente artigo discute a violência sobre o jovem negro e como esta pauta é invisibilizada no jornalismo como uma questão racial porque está engendrado no imaginário nacional o mito da democracia racial. Desta forma, a Maioridade Penal entra como um valor notícia no jornalismo em detrimento do programa Juventude Viva, uma política pública que tenta combater a morte da juventude negra.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, Juventude Negra, Valores-Notícias, Violência

A juventude é uma parcela da população mais suscetível à mortalidade em decorrência da violência. Em pesquisa divulgada pelo IPEA em julho de 2013 intitulada “*Custo da Juventude Perdida no Brasil*” é constatado que a morte prematura de jovens devido à violência custa ao país cerca de R\$ 79 bilhões a cada ano, o que corresponde a cerca de 1,5% do PIB nacional.

Além do valor monetário, há perdas incomensuráveis com a morte destes jovens cujo perfil são homens, de 15 a 29 anos e as principais causas do óbito são homicídios, acidentes em geral e de trânsito. Em alguns estados da federação, como Alagoas, a taxa de vitimização violenta de homens é de 456 por um grupo de 100 mil indivíduos. As crianças do sexo masculino que nascem neste estado tem uma expectativa de vida diminuída em 2 anos e 7 meses devido à violência.

A morte de jovens cresceu muito no Brasil nos últimos 30 anos. O Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos, divulgou no Mapa da Violência 2012 – os novos padrões da violência homicida no Brasil, o qual apontou que em 1980, as mortes

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Doutoranda em Comunicação na Universidade de Brasília, Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista e Jornalista Diplomada, email: kely_tatiane@yahoo.com.br



de jovens por causas externas eram 52,9% do total das mortes deste grupo no país. Em 2010, 72,3% das mortes de jovens foram por causas externas³, totalizando $\frac{3}{4}$ das mortes desta faixa etária.

No Brasil, o homicídio é a principal causa das mortes entre os jovens. Só em 2010 foram 38,6% de todas as mortes neste segmento populacional. A principal faixa etária compreende de 15 a 29 anos; os homens são mais vitimizados em relação às mulheres, e os jovens negros morrem mais do que os brancos.

Além da questão de gênero, a violência no Brasil também tem um componente racial, jovens negros morrem mais do que jovens brancos. Dados de 2010 apontam que houve um aumento de 139% a mais de rapazes negros que morreram comparado aos jovens brancos.

Cerqueira e Moura (2013) afirmam que os jovens pardos são as maiores vítimas de homicídio e os jovens brancos morrem em decorrência de acidente de trânsito:

Os jovens de cor parda são as maiores vítimas de homicídios, de mortes violentas com causa indeterminada e de acidentes fatais (Se levarmos em conta os resultados de Cerqueira (2012), que demonstraram que significativa parcela das mortes violentas indeterminadas trata-se, na verdade, de homicídios não classificados como tais, isto implica em dizer que jovens pardos são a esmagadora maioria das vítimas de agressões letais. Por outro lado, os jovens brancos são os mais vitimados por acidentes de trânsito e por suicídios. ⁴(Cerqueira e Moura, 2013)

No que tange a questão racial, em 2004 o Mapa da Violência já apontava uma maior vitimização dos jovens negros, principalmente em mortes causadas por homicídio.

Além de trazer à tona importantes dados sobre mortes juvenis em acidentes de transporte, homicídios e suicídios, o presente estudo destaca que os homicídios vitimam principalmente a população de sexo masculino (em torno de 93% das vítimas são homens) e de raça negra que tem vitimização 65% superior à população (total) e 74% superior entre os jovens. (Waiselfisz, 2004, p.7)

³ Segundo o Mapa da Violência 2012 entende-se como morte por causas externas acidentes de transporte, por homicídios ou agressões fatais e por suicídios

⁴ Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130712_custo_da_juventude_perdida_no_brasil.pdf



O Mapa da Violência 2012 – os novos padrões da violência homicida no Brasil destaca que no período de 2002 a 2010, houve uma queda de 20,6% para 15% de homicídios em cada 100 mil brancos. Entre os negros, houve um aumento de 30% para 35,9% em cada 100 mil negros.

Porém quando se desagrega os dados⁵ por período, os resultados são mais impressionantes:

- Em 2002, o índice nacional de vitimização negra foi de 45,8. Isto é, nesse ano, no país, morreram proporcionalmente 45,8% mais negros do que brancos;
- Em 2006, o índice salta para 82,7% de negros que morrem proporcionalmente a mais que os brancos;
- Já em 2010, um novo patamar preocupante: morrem proporcionalmente 139% mais negros que brancos, isto é, bem acima do dobro!

Desde 1979, a Unesco, junto com Instituto Ayrton Senna e o Ministério da Justiça, mapeiam as causas de óbito na juventude brasileira e no final da década de 70, os dados sobre a mortalidade dos jovens negros eram superiores comparado ao segmento branco .

O relatório do Mapa da Violência em 2004 já sugeria que os meios de comunicação poderiam exercer uma influência positiva junto à opinião pública para a mudança deste quadro.

Sem dúvida, os meios de comunicação possuem um papel estratégico na superação dessa problemática. A televisão, o rádio e a imprensa escrita ocupam um lugar fundamental na disseminação de conhecimentos sobre o tema da violência juvenil e a divulgação de experiências inovadoras de prevenção existentes no Brasil. A mídia tem a capacidade de despertar a discussão pública sobre o tema, bem como divulgar informações para que a sociedade observe os princípios dos direitos humanos e as várias recomendações internacionais sobre o assunto. (Waiselfisz, 2004, p.8)

Todavia tanto a imprensa e o poder público ainda não conseguiram reverter este quadro, principalmente entre os jovens negros. As estatísticas comprovam que a cada ano, mais jovens negros morrem em decorrência da violência. É provável que o discurso

⁵ Dados extraídos de Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo, 2012



jornalístico não vincule questões históricas raciais do nosso país com a violência que a população negra em geral sofre, e que neste caso, vitimiza mais os jovens negros⁶.

Formação racial brasileira: mestiçagem, mito da democracia racial e racismo

A questão racial é uma temática ainda não resolvida na sociedade brasileira. Há no imaginário brasileiro o mito (por meio do discurso), criado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, de que o Brasil é uma democracia racial. Há um consenso na formação racial de que brancos, índios e negros formaram a população brasileira.

A literatura brasileira é uma das primeiras áreas a sustentar que o brasileiro é um povo mestiço. A obra *o Guarani* de José de Alencar é a primeira a exaltar as características pueris e nobres do índio Peri, o qual se apaixona pela personagem branca Ceci, e de como esta relação é envolvida de inocência e subserviência da parte do índio junto a mulher branca. Uma das principais críticas sofridas por esta obra na atualidade é a ausência das pessoas negras na formação do país.

Um século depois, Mário de Andrade escreve *Macunaíma*, o anti-herói nacional. Por meio de metáforas que inclui crenças indígenas e medievais, atos antiéticos e até a sexualidade exacerbada de *Macunaíma*, Mário já procura construir um personagem herdeiro das três raças: branco, índio e negro.

A literatura está sendo utilizada neste corpus para exemplificar que a formação do povo brasileiro não foi um acontecimento unânime para a construção do pensamento sociológico nacional. E mais, além da literatura, o jornalismo também foi um instrumento de propagação destas ideias junto à opinião pública.

O processo de colonização do Brasil não será discutido na literatura, mas nas Ciências Sociais que no final do século XIX quer construir uma nação próspera e moderna e passa a planejar as formas de alcançar a modernidade.

Entre os vários projetos para a nação a modernidade, destaca-se o projeto político da imigração do país na perspectiva de embranquecer a população brasileira que era majoritariamente negra. No século XIX, as teorias racialistas atestavam a inferioridade do povo negro. Santos (2002) argumenta como as ideias vindas da Europa,

⁶ Aqui cabe ressaltar a fala de Orlandi (2009) como uma hipótese dos motivos que as relações raciais não entra no discurso jornalístico. “Todo dizer (e não dizer) é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos (...) o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. (Orlandi, 2009, p.38)



foram utilizadas pela elite brasileira, para atestar a inferioridade e atraso dos negros e para justificar a imigração europeia branca em nosso país. Em *A invenção do ser negro*, Santos elenca estes elementos:

1 – O progresso do país é fundamental; 2 – Para ter progresso é preciso ter mão de obra qualificada; 3 – Escravidão é sinal de atraso; 4 - A população brasileira constituída, em sua maioria por escravos, é atrasada; 5 – Não há obra qualificada disponível no Brasil. (Santos, 2002, p. 84)

Este progresso pensado pela elite brasileira foi baseado na ideia de progresso e desenvolvimento econômico herdado da Europa. Aliás, o pensamento brasileiro é todo advindo da Europa, mais precisamente França e Inglaterra. Boaventura de Sousa Santos, no artigo *Entre Próspero e Caliban – Colonialismo, Pós Colonialismo e Interidentidade*, destaca o papel subalterno que Portugal vai ter no mundo capitalista, desde o século XVII, o que impede que Portugal ocupe um lugar de hegemonia no processo colonial se tornando um país periférico dentro da Europa. Mas, o que cabe ressaltar nesta análise, não é o aspecto econômico, todavia a cultura portuguesa e a influência na formação racial do Brasil.

As ideias de progresso e de racialismo que chegam no país são herdadas do pensamento iluminista francês. A colonização portuguesa passe a ser subalterna porque Portugal passa a depender economicamente da Inglaterra, não desenvolve o seu parque industrial e a história do colonialismo no século XVII passa a ser escrita em inglês ou francês. Além disto, no que tange a questão racial, franceses e ingleses tinham como norma não se relacionar sexualmente com os colonizados. Colocar o homem branco europeu como superior e o negro como inferior foi uma forma de encontrada por ingleses e franceses para evitar descendentes impuros.

Fanon, na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, cita trecho proferido no II Congresso Internacional de Eugenia na França, explica a postura de franceses e ingleses para evitarem o cruzamento entre as raças.

Mas o branco, em determinadas questões, continuava irreduzível. Por nenhum preço ele queria intimidade entre as raças, pois é sábio que “os cruzamentos de raças diferentes rebaixam o nível psíquico e mental...Até que nós tenhamos um conhecimento mais bem fundamentado sobre o efeito de cruzamentos de raças, seria melhor evita-lo entre raças muito distantes”. (Fanon, 2008, p. 111)

Já em Portugal, a mestiçagem entre o homem português junto a mulheres indígenas e negras é uma marca desta colonização. Boaventura de Souza Santos destaca



que isto se deve a forma da cultura portuguesa ser fronteiriça, ou seja, há uma forte heterogeneidade interna porque os lusitanos historicamente tiveram contato com os mouros (por conta da ocupação árabe na Idade Média) e com o norte da África. O fato deles não terem introjetado que o cruzamento entre raças era algo ruim, explica a relação entre colonizador e colonizado nas colônias portuguesas, como no Brasil.

Para os críticos pós-coloniais anglo-saxões a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e assimilação porque, consoante os casos, ou nega por fora da enunciação o que a enunciação afirma ou então afirma o que ela nega. No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si, encarna no mulato e na mulata como corpo e zona corporal.

O desejo do outro em que Bhabha funda a ambivalência da representação do colonizador não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem: é físico, criador, multiplica-se em criaturas. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português. Importante será elucidar as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro. (Santos, 2003, p.27)

Gilberto Freyre, ao falar das características gerais da colonização portuguesa no Brasil, já destacava o hibridismo nas sociedades coloniais portuguesas como um triunfo em relação aos ingleses e franceses. “É certo que através de muito maior miscibilidade que os outros europeus, as sociedades coloniais de formação portuguesa tem sido todas híbridas, umas mais outras menos” destaca Freyre (1981) na obra *Casa Grande e Senzala*.

Outro destaque na obra de Freyre, apontado por Boaventura de Souza Santos, é a miscigenação entre o homem branco e a mulher negra ou indígena que vai sustentar a colonização portuguesa. Primeiro, porque o português não tinha gente suficiente para povoar as colônias e também já tinha contato com outros povos africanos que os tornavam mais tolerantes em relação a raça do que outros colonizadores.

Freyre destaca que:

O português (...) por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que



nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de cor. Pelo intercurso com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigora e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável a ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas os preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social. (Freyre, 1981, p. 13)

A relação entre o colonizador e a colonizada negra/indígena, o mulato e a formação do Brasil tendo a família aristocrática como estrutura fundamentou, a partir da década de 30, a formação social do país sob a égide de uma harmonia racial defendida por Freyre.

Porém, na década de 60, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, comumente chamada escola sociológica paulista, vão defender que abolição de escravatura do Brasil não incorporou o negro na estrutura econômica do Brasil.

Estes intelectuais vão defender que o processo de abolição no Brasil se deu por uma questão econômica. No processo de transição de um país agrícola, para um país industrializado, o país precisava de uma população consumidora e para isso, era necessário ter trabalhadores assalariados. A esse processo econômico, juntou-se o pensamento positivista do final do século XIX, já citado neste artigo, de que para o Brasil progredir não podia ter a enorme população negra que existia no país no início da República.

A imigração europeia como massa trabalhadora assalariada foi a solução para a questão econômica e também para o enbranquecimento da população brasileira, já que o negro era associado como um ser inferior e atrasado.

A ciência também será uma grande aliada para atestar a inferioridade negra. É entre o final do século XIX e o início do século XX, que intelectuais vão iniciar os primeiros estudos sobre a problemática racial no Brasil. Tendo como precursores Nina Rodrigues, Perdigão Malheiros e Artur Ramos, os seus estudos vão afirmar, entre outras coisas, que o negro é biologicamente inferior, por isso, que o Brasil é um país atrasado socialmente.



Clóvis Moura (1988) vai afirmar que este processo inicial repleto de estereótipos e preconceitos, porém, alicerçados pela ciência, irá penetrar no subconsciente do brasileiro médio, residindo aí o início de uma democracia racial no imaginário nacional.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. Queremos dizer, com isto, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade do capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro. (Moura, 1988, p. 17)

Segundo Moura, a democracia racial se estabeleceu juntando a miscigenação, o mulato, junto com a democratização, que é um aspecto sociopolítico, como processos que ocorreram harmonicamente durante a formação populacional brasileira, partindo até da ideia de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*.

Porém, na década de 60, os sociólogos passam a pesquisar as condições socioeconômicas da população negra brasileira e desmitificam a democracia racial e ainda aferem que o Brasil é racista. Este fenômeno de racismo é estruturante na formação socioeconômica do país, que ainda hoje, 2014, os indicadores do segmento populacional negro são os piores comparado ao grupo branco.

Em nota técnica divulgada em fevereiro de 2014, o IPEA divulga ainda os indicadores econômicos entre negros e brancos e aponta o racismo brasileiro como responsável por estes dados:

Tomando-se, por exemplo, a escolaridade, embora sejam evidentes os avanços conquistados nos últimos anos, a desigualdade racial permanece, ainda que tenha-se reduzido ao longo deste período. Para ilustrar, a média de anos de estudos da população negra passa de 65%, em 1992, para 81% da taxa da população branca em 2012. A escolaridade média conquistada pelos negros em 2012 (7,1 anos), contudo, corresponde ao patamar que a população branca já experimentava há mais de dez anos. Com efeito, estas desigualdades no campo educacional acabam por ter reflexos em outras esferas da vida social, como é o caso do mundo do trabalho. Os negros permanecem, nesta área, sobrerrepresentados entre os desempregados e, entre as posições mais desprotegidas e mais precárias. No



entanto, cabe ressaltar que, mesmo equalizando a questão da escolaridade, via de regra, a população negra segue em desvantagem. Ainda que comparem trabalhadores com mais de 12 anos de estudo, o rendimento médio dos homens negros equivale a 66% daquele auferido por homens brancos com a mesma escolaridade. No caso das mulheres negras, com este mesmo nível educacional, percebem rendimentos equivalentes a apenas 40% do rendimento dos homens brancos (PNAD, 2012). Esta diferença explica-se pelo fato de que a segregação racial nos papéis relativos às carreiras, posição na ocupação, setor de atividade e nível hierárquico reflete-se na desigualdade salarial entre negros e brancos, mesmo entre aqueles com igual nível de escolaridade. Ademais, o racismo produz e reproduz estas diferenças e atua de forma direta neste quadro. (Silva, Marques da Silva, 2014, p.4).

A partir dos dados apresentados acima, já é possível perceber que não há democracia racial no país. Mas, ainda assim, há no imaginário coletivo que o Brasil é um país sem preconceito racial. Este pensamento é predominante devido a formação populacional brasileira.

A maioria penal e programa juventude viva como valores-notícias

A imprensa brasileira passou a abordar na última década a questão racial devido às políticas de ações afirmativas. A grande mídia, de forma geral, se posicionou contra estas ações porque no Brasil com o principal argumento de que todo mundo no Brasil é negro, porque somos um país mestiço.

O contexto histórico elencado acima sobre a formação racial do país, a questão da mestiçagem e a construção da harmonia racial foi debatido nas universidades, pelo movimento negro e por vezes, em alguns artigos de opinião assinados por intelectuais mais críticos sob a questão racial no Brasil.

Por deficiência até na formação dos jornalistas e também por este segmento social representar a elite brasileira, recusou-se a discutir na mídia ações afirmativas porque isto sim faria existir o racismo que não havia no país.

Pode parecer deslocado ainda acreditar na democracia racial, ainda mais após o que este artigo apresentou sobre os dados alarmantes sobre morte dos jovens negros e de como os dados atuais apontam os piores indicadores econômicos para o segmento populacional negro, porém, a grande mídia acredita nisto e veicula a morte dos jovens negros como uma questão social.



A juventude negra convive com dois grandes problemas sociais: o alto índice de mortes que a acomete e, por outro lado, os crimes hediondos cometidos por este grupo. Como já explicitado, por meio de várias pesquisas, os jovens negros morrem mais do que os brancos e, em sua maioria, são vítimas de assassinato.

Porém, há também a violência exercida pelo jovem negro. A pauta sobre a violência sofrida pela juventude negra é pouco discutida no jornalismo. Entretanto, a violência protagonizada por estes garotos é exaustivamente midiaticizada.

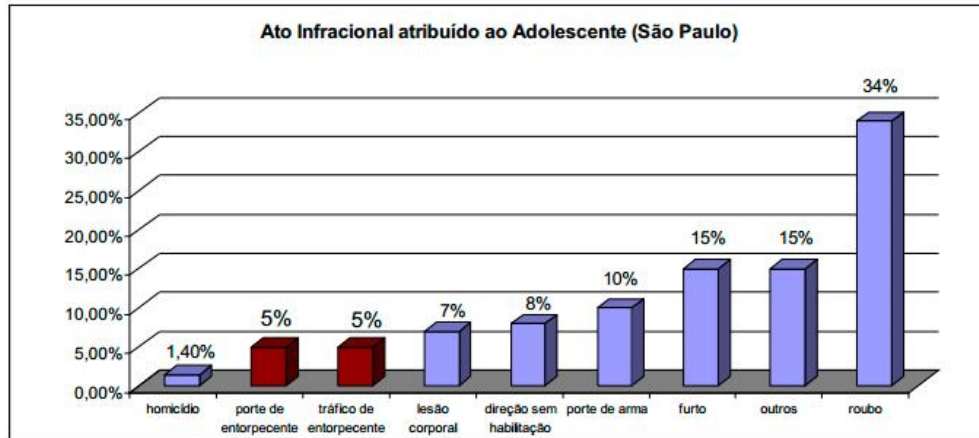
Inúmeras pesquisas apontam o elevado índice de representação dos negros no sistema carcerário, desde os sistemas de reabilitação juvenil as famosas cadeias para adultos, porém, outros dados apontam que só 2% dos jovens infratores cometem crimes hediondos. Entretanto, como valores notícias e agendamento⁷ realizado pelos jornais, só os crimes hediondos entram na pauta. Isto recrudescer o debate sobre o aumento da maioridade penal como uma forma de coibir estes crimes efetuados por menos de 2% dos jovens. Segundo relatório da Unicef de 2007 os homicídios são crimes de exceção cometidos por jovens.

Dos crimes praticados por adolescentes, utilizando informações de um levantamento realizado pelo ILANUD [*Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente*] na capital de São Paulo durante os anos de 2000 a 2001, com 2.100 adolescentes acusados da autoria de atos infracionais, observa-se que a maioria se caracteriza como crimes contra o patrimônio. Furtos, roubos e porte de arma totalizam 58,7% das acusações. Já o homicídio não chegou a representar nem 2% dos atos imputados aos adolescentes, o equivalente a 1,4 % dos casos.⁸

Graficamente é possível verificar estes dados:

⁷ O termo agendamento é proveniente do inglês Agenda Setting. Esta teoria se insere na tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, que tem como ponto nodal a análise e detecção das funções e dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência, tradição que é designada por alguns autores como mass communication research (WOLF, 1985)

⁸ Extraído da Reportagem de Vinicius Bocato, Razões para não reduzir a maioridade penal, publicado na Revista Fórum link <http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>. Acessado em 15/05/2013



Fonte: ILANUD

A grande imprensa não debate o baixo índice de homicídios cometidos pelos jovens e também não discute os dados da maior probabilidade de um jovem negro morrer por conta da violência. Sobre estas duas temáticas fez-se uma pesquisa preliminar no site de busca Google. O objetivo era verificar por meio das palavras chaves – juventude viva – e – maioria penal – quais vinham relacionadas como notícia dentro dos veículos de comunicação.

O termo juventude viva faz referência ao programa do governo federal⁹ que tem como objetivo reduzir a alta mortalidade dos jovens negros. A ação foi lançada em dezembro de 2012 e começou no estado de Alagoas, que como dito anteriormente neste artigo, é a unidade da federação com o maior índice de mortes de jovens, inclusive negros.

Dos 100 primeiros links que apareceram como resultado em apenas 8 o termo juventude viva está relacionada como notícia em portais de comunicação midiáticos. Os links estão relacionados a portais do governo federal, instituições não governamentais, partidos políticos e blogs de opinião.

⁹ O programa Juventude Viva foi lançado em dezembro de 2012 pelo governo federal. O foco são os jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, que vivem nas periferias dos centros urbanos. Além disto, rapazes em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas também são público do Juventude Viva. O plano prioriza 132 municípios brasileiros, distribuídos em 26 estados e no Distrito Federal, que em 2010 concentravam 70% dos homicídios contra jovens negros. A relação inclui as capitais de todos os estados brasileiros. Na primeira fase de implementação, as ações estão voltadas aos jovens de quatro municípios de Alagoas: Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Mais informações no site <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>



Já o termo maioria penal¹⁰ aparece como valor notícia em 65 links do total de 100. Fica evidente que a maioria penal entra como valor notícia no jornalismo brasileiro em detrimento a campanha juventude viva.

Ao fazer esta breve pesquisa verificou-se que a primeira não entra como valor notícia no jornalismo e a segunda entra imediatamente. Quais são os motivos? Se for analisar as categorias por critérios de noticiabilidade Wolf (1985) classifica os tipos de interesse para um assunto ser noticiável:

- **Categorias substantivas:** importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, interesse humano, feitos excepcionais.
- **Categorias relativas ao produto:** brevidade (dentro dos limites do jornal), atualidade, novidade, organização interna da empresa, qualidade (ritmo, ação dramática), equilíbrio (diversificação de assuntos).
- **Categorias relativas ao meio de informação:** acessibilidade à fonte/local, formatação prévia de manuais, política editorial.
- **Categorias relativas ao público:** plena identificação de personagens, serviço/interesse público, protetividade (evitar divulgar suicídios, etc).
- **Categorias relativas à concorrência:** exclusividade ou furo, gerar expectativas, modelos referenciais.

Tanto o assunto juventude viva quanto maioria penal podem ser analisados dentro das categorias substantivas porque são dimensões de interesse nacional e interesse humano. A maioria penal entra como valor notícia dentro dos jornais porque possui estas características. O programa juventude viva e os seus desdobramentos não entram como valores notícias mesmo tendo as mesmas características de a maioria penal.

A maioria penal é exaustivamente noticiada nos meios de comunicação. Como o jornalismo não consegue contextualizar esta temática, como foi apontado por Silva (2012) informações sobre o número de jovens que cometem crimes hediondos,

¹⁰ A responsabilidade penal, ou seja, o dever jurídico de ser penalizado por cometer um delito ocorre no Brasil aos 12 anos e a maioria penal aos 18, segundo o artigo 228 da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 27 do Código Penal e pelos artigos 102 e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei nº 8069/90. Os crimes praticados por menores de 18 anos são considerados atos infracionais e os jovens cumprem medidas socioeducativas. A polêmica que divide a sociedade é que a maioria penal deve ser diminuída para 16 anos.



como se dá a legislação internacional sobre jovens infratores, gastos com saúde pública, medidas socioeducativas, custo para o Estado e o próprio sistema carcerário são debatidos de forma superficial e sem profundidade. Isto gera como resposta da população o maniqueísmo: ser contra ou a favor da maioria penal.

O programa juventude viva pretende diminuir a morte de 33 mil jovens negros que são assassinados no Brasil anualmente. É uma política pública que quer melhorar as condições socioeconômicas destes jovens garantindo os direitos constitucionais: acesso à saúde, educação, moradia, lazer, trabalho e dignidade humana.

Estas duas temáticas possuem várias relações porque tratam de jovens, violência, vulnerabilidade social e também de racismo. Os jovens que cometem o delito e que são assassinados, em sua maioria, são negros. Porém, o mito da democracia racial que também está no imaginário dos profissionais do jornalismo no Brasil não consegue estabelecer esta relação. É este mito que impede que se discuta como o racismo é estrutural na sociedade brasileira e que também é mais um elemento diferenciador assim como classe, gênero e idade. Ao não abordar o racismo, o jornalismo se exime de debater junto à opinião pública as implicações que o mito de democracia racial gera no que tange a violência.

Considerações Finais

Este paper é parte da pesquisa de doutorado *Jornalismo, Juventude Negra e Violência – O discurso telejornalístico sobre a violência e o mito da democracia racial*. A hipótese é que o jornalismo ratifica o mito da democracia racial junto à opinião pública, mantendo o *status quo* de que o problema da violência do/sobre o jovem é uma questão social e não racial.

Neste artigo foram apresentados os dados recentes da pesquisa IPEA “*Custo da Juventude Perdida no Brasil*”, de Cerqueira e Moura (2013) onde aponta que o Brasil pode gastar até R\$ 79 bilhões com a vitimização dos jovens pela violência. Os autores apontam que os jovens negros são as maiores vítimas de homicídio, dado este que aparece em pesquisas desde o final da década de 70.

Também foi apontado que há um gasto de R\$ 11 bilhões com a saúde pública para recuperar os pacientes com traumas decorrentes da violência urbana. É uma quantia muito grande para um problema social que é comparado a guerra civil e, no que tange a morte da juventude negra, não há reversão dos dados estatísticos.



Até como forma de refletir porque houve um decréscimo no número de mortes dos jovens brancos (até porque este segmento morre mais em decorrência de acidentes de carro)¹¹, e houve um aumento da morte dos jovens negros, este artigo trouxe elementos dos critérios de noticiabilidade para entender como o programa do governo federal Juventude Viva e a questão da Maioridade Penal são construídos como notícia dentro do jornalismo.

Há uma tendência do jornalismo e da própria sociedade de estigmatizar o jovem negro. Muitos destes estereótipos advêm do pensamento iluminista do século XVIII e das teorias sobre eugenia e darwinismo social no século XIX. Somado a isto, o conceito de democracia racial no século XX vai mascarar que há problemas raciais no Brasil.

É dentro deste contexto e tendo como problemática a violência do e sobre os jovens negros, procurar-se-á entender como estes mecanismos são operados pelo jornalismo, no momento da construção da notícia.

Pretende-se fazer estas análises nos telejornais, principalmente o *Cidade Alerta* e o *Brasil Urgente* porque costumam trabalhar com a editoria de cidades, cotidiano, e a questão da violência é sistematicamente veiculada. A pesquisa sobre esta temática ainda está no início, porém, já é possível afirmar que o jornalismo é mais um campo de manutenção da violência sobre o jovem negro reforçando o estigma e estereótipo sobre este mesmo jovem.

Desta forma, o endurecimento na legislação de trânsito e campanhas contra a ingestão de álcool no trânsito se tornam notícias e modificam o comportamento da opinião pública, resultando no decréscimo de morte de jovens brancos. Porém o programa Juventude Viva não entra como valor-notícia e fica muito difícil convencer a opinião pública sobre a vulnerabilidade da juventude negra perante a violência.

Além da análise qualitativa e quantitativa dos telejornais, durante a pesquisa deste projeto, almeja-se fazer um trabalho etnográfico com os jovens negros, na faixa etária de 15 a 29 anos para captar, por meio do olhar deles, como eles se vêm representados como notícias pelos telejornais. Há hipótese de que os jovens negros, que conseguem escapar das estatísticas da violência, passam por outro processo de mediação que fortalece a identidade e os auxilia procurar outras perspectivas na vida¹².

¹¹ A criação de legislação mais severa no trânsito brasileiro, como a criação da lei seca, colaborou na redução de acidentes e consequentes mortes de jovens brancos na faixa etária de 18 a 25 anos.

¹² Barbeiro (2009) aponta que as classes populares urbanas vão ter que procurar alternativas para sobreviver em um espaço que o poder político não age e que não há representação social. “A maneira e os métodos como as



Referências Bibliográficas

- CASHMORE, Ellis. Dicionário das relações étnicas e raciais. Trad. Dinah Kleve – São Paulo: Summus, 2000.
- FANON, Frantz. Pela Negra, Máscaras Brancas. Trad. Renato da Silveira – Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. Os Condenados da Terra. Trad. José Laurênio de Melo – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed. São Paulo, 1989.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- _____. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro
- MOTTA, Luiz Gonzaga. O imaginário: em busca de uma síntese entre o ideológico e o simbólico na análise da dinâmica sociocultural latino-americana. Publicado na Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Vol VI, nº 3, Sep/Dic. 2002.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.
- ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.
- RAMALHO, José Ricardo. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. Telejornalismo no Brasil; um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.
- RIBERIO, Darcy. O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade do negro. São Paulo: Educa/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SODRÉ, Muniz. O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1ª ed. 1977.
- _____. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
- QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. A invisibilidade negra: o (des) encontro do jornalismo com a saúde pública nas doenças de recorte étnico-racial e vulnerabilidade que acometem a população afrodescendente. Bauru, 2010.
- TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.1, 2005.
- TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2 ed, v.2, 2008.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo, 2012
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

coletividades sem poder político e representação social *assimilam as ofertas a seu alcance (...) convertendo as carências em técnica identificatória* As classes subalternas, assumem, porque não lhes resta alternativa, uma indústria vulgar e pedestre, e certamente a transforma em auto complacência e degradação, mas também em identidade regozijante e combativa.